

Coronelismo, clientelismo e a política de direita¹

Francisco Pereira de Farias²

Resumo: conhecido mecanismo de controle do eleitorado, o voto de clientela, via barganha em torno de vantagens materiais, é consequência inevitável do capitalismo e caracteriza-se hoje pelo clientelismo estatal, onde cabos eleitorais distribuem favores ligados a instituições governamentais.

A perpetuação de uma determinada ordem social requer um modo específico de aparelhamento institucional. Nesse sentido, podemos falar numa *democracia capitalista*, ou seja, um conjunto de procedimentos políticos - sistema do voto, competição partidária, representação parlamentar -, regido pelo princípio da soberania popular, o qual contribui para a manutenção do sistema capitalista.³

Os limites de abrangência (voto feminino, de analfabetos, racial etc.) da democracia capitalista diferem segundo os estágios do conflito de classes. Em geral, a classe dominante procura estreitar o raio de inclusão das classes subalternas no processo político, enquanto estas lutam para ampliar a sua participação.⁴

A competição partidária peculiar à democracia capitalista, limitada quanto ao seu conteúdo e à sua abrangência, sofre novas restrições no plano do seu funcionamento, pois, embora tal competição esteja orientada pelos princípios de universalidade, legalidade e liberdade, na prática, em decorrência de fatores estruturais e conjunturais, tendem a prevalecer vários mecanismos particularísticos de controle do eleitorado, como o coronelismo e o clientelismo.

O voto coronelício define-se pela manifestação de *fidelidade pessoal* do eleitor a um chefe político - o coronel.⁵ Como tal, o voto não é redutível nem às formas de coerção física, nem ao mecanismo da troca mercantil. Ao contrário, esse tipo de legitimidade do ato eleitoral, como uma obrigação moral, se concretiza fundamentalmente na *doação* pura e simples do voto ao candidato do coronel. A condição sócio-econômica da prática coronelista é a existência, no campo, de uma estrutura pré-capitalista, em que as relações de produção se expressam como relações de *dominação e dependência pessoal*. A forma da relação política encontra-se aí implícita: “a dependência pessoal, cujo fundamento é a cessão da posse da terra, exprime-se

¹ Artigo originalmente publicado no jornal “Le monde diplomatique – Brasil”, n. 34, maio de 2010.

² Professor na UFPI e doutorando em Ciência Política na UNICAMP.

³ Cf. Décio Saes, *Democracia*. Ed. Ática, São Paulo, 1987.

⁴ Cf. Goran Therborn, “The rule of capital and the rise of democracy”, in *New left review*, 103, 1977.

⁵ Cf. Victor N. Leal, *Coronelismo, enxada e voto*. Alfa-Omega, São Paulo, 5ª. ed., 1986.

ideologicamente como *obrigação subjetiva de lealdade* para com o senhor da terra, ou, num nível mais diretamente político, como *fidelidade ao chefe político local*".⁶

O voto de clientela, por sua vez, define-se como uma relação de barganha em torno de vantagens materiais entre o eleitor e o agente político denominado cabo eleitoral. Esse é uma espécie de líder local que cuida dos interesses de seus representados, principalmente junto às "autoridades públicas", fazendo as vezes de um "advogado administrativo" da sua comunidade (uma vila, uma favela, um quadro associativo de um clube recreativo etc.). Controlando, em geral, uma centena ou uma dezena de votos, o cabo eleitoral os vende ao "político de clientela".⁷

A condição sócio-econômica para a proliferação do voto de clientela é a predominância de relações de produção capitalistas, basicamente a conversão da força de trabalho, através do assalariamento, em *mercadoria*, o que pressupõe a existência do trabalhador *livre*, isto é, despojado dos meios de subsistência, em particular do vínculo à terra. Trata-se do trabalhador que abandona a condição de *dependência pessoal* frente a um dono de terras, para se submeter à *dependência impessoal* em relação às coisas (o mercado).

A prática da compra e venda do voto, quando confrontada com uma visão da democracia como forma de governo pautada em princípios universalistas, é considerada "corrupção eleitoral". No entanto, no sistema capitalista, "tudo o que tem equivalência econômica tende a transformar-se em mercadoria (...). Os cargos eletivos são cada vez mais suscetíveis de proporcionar rendimento econômico. Isto faz com que, de modo crescente, o voto se torne mercadoria. O processo corruptor é uma consequência inevitável do próprio capitalismo".⁸

No Brasil, após o golpe civil-militar de 1964, a passagem do coronelismo para o clientelismo correspondeu, fundamentalmente, às transformações da estrutura agrária, as quais dizem respeito à substituição da grande propriedade pré-capitalista, absorvedora de um enorme contingente de trabalhadores dependentes, pelas formas de propriedade capitalistas, assentadas em relações de trabalho mercantis. A burocracia estatal, através dos instrumentos de política econômica e dos projetos especiais governamentais, converteu-se num dos principais agentes desencadeadores do desenvolvimento capitalista no campo.

⁶ D. Saes, *Estado e democracia: ensaios teóricos*. IFCH-Unicamp, Campinas, 1994, p. 90.

⁷ Paul Singer, "A política das classes dominantes", in Octávio Ianni (org.); *Política e revolução social no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965, p. 77.

⁸ P. Singer, *op. cit.*, p. 80.

Vários elementos mostraram a transformação política.⁹ O primeiro foi a mudança no sentido de a maioria dos eleitores ter passado do sistema do voto de cabresto para o sistema do voto *livre*. O fenômeno da dissociação do voto confirma essa constatação. Nas últimas eleições pôde-se observar que os eleitores tendem a desvincular o voto no candidato a prefeito das opções partidárias desse candidato em outros níveis da eleição.

Com efeito, os candidatos do PT, partido de esquerda, aos cargos majoritários federais têm recebido uma votação bem acima da candidatura a prefeito. Inversamente, os partidos de direita têm tido uma votação mais elevada para o candidato municipal. Essa prática de mistura das opções partidárias torna-se possível em virtude do desencabrestamento do voto, uma vez que a fidelidade ao coronel implicava a vinculação das escolhas nos vários níveis da eleição.

O voto *livre* se traduz, na maioria dos casos, no voto de barganha, que assume uma forma mais sofisticada através do associativismo. A tendência é a de haver uma Associação em toda localidade rural ou em bairros do núcleo urbano, normalmente criada com o apoio da Prefeitura. A maioria dos líderes comunitários dá vida ao cabo eleitoral *estatal*, especializado não mais em prestar pequenos serviços individuais, mas, sim, em intermediar benefícios governamentais de consumo coletivo, sob a forma de programas assistenciais. Esse fato revela os limites da participação comunitária, uma vez que ela pode ser, com relativa facilidade, apropriada pelos esquemas políticos dominantes, transformando-se em um mecanismo de conquistas eleitoreiras.

O segundo elemento se refere ao perfil do quadro partidário nas últimas décadas. As eleições municipais foram disputadas com mais competitividade, tendo crescido a votação dos pequenos partidos (anteriormente, os currais eleitorais impunham às eleições um caráter quase não-concorrencial), bem como o espectro político ampliou-se, passando da situação dicotômica *governo/oposição*, típica do coronelismo, para o campo tripartido *oposição de esquerda/governo/oposição de direita*, mais em sintonia com o pressuposto da *liberdade* eleitoral.

O terceiro indicador se relaciona ao quadro das políticas sociais. Um fator de reforço à responsabilidade social das prefeituras – que, em razão do processo de urbanização acelerada, vêm sofrendo forte pressão em torno das demandas por equipamentos sociais - foi a mudança constitucional de 1988. A nova Carta propiciou

⁹ Cf. Francisco P. de Farias, *Do coronelismo ao clientelismo: a transição política capitalista no Piauí (1982-1996)*. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1999.

uma injeção de recursos financeiros aos municípios: mais ricas, as prefeituras têm uma lista de obras a exhibir e a barganhar votos. A Constituição imprimiu também um teor descentralizante às políticas sociais. As prefeituras devem não só aumentar a proporção em gastos sociais, mas também alterar a gestão das políticas, propiciando uma abertura de espaços à participação popular, que, sob a aparência de controlar o Estado, pode converter-se em mecanismo de controle das próprias classes populares.

O quarto elemento é a acentuação da modernização das administrações municipais - impulsionada pela urbanização e o enquadramento nas diretrizes dos programas governamentais federais -, incorporando-se critérios de eficiência técnica, necessários a uma gestão que enfrenta um quadro mais complexo de demandas. A contraface da modernização administrativa foi o fim do controle monopolista do aparelho municipal do Estado pela propriedade agrária, estabelecendo-se, a partir de então, a distinção ideológica entre as esferas *pública* e *privada*.

Um último dado a ser apontado vincula-se ao crescimento dos partidos de esquerda. Somente em um quadro de ascensão da política clientelista - o que pressupõe a modernização da máquina governamental e, por conseguinte, a identificação do *público* com o conjunto da coletividade - torna-se plausível a crítica ao favoritismo político, abrindo espaço para a proposta dos partidos de esquerda de gestão honesta (isto é, universalizante) da coisa “pública”. No domínio coronelício, a crítica ao favoritismo era sem eficácia, pois ali vigorava o sentimento de que os recursos estatais eram propriedades da facção governante.

Esse conjunto de mudanças políticas se sintetiza no fato de que a maioria das prefeituras passou ao domínio de cabos eleitorais, identificados com a política *comunitária*. Buscamos caracterizar essa relação entre o Estado capitalista e as classes populares, na fase da modernização agrária, através do conceito de clientelismo estatal, qual seja, os cabos eleitorais distribuem recursos e favores ligados às instituições governamentais, em troca do apoio político. Essa é uma das faces modernas da política no Brasil atual.